

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO BRASIL NA RIO +20 – A GEOPOLÍTICA AMBIENTAL EM AÇÃO!

Henrique Garcia Pinto¹ - UERJ

geo.henrique@hotmail.com

Camila Gomes Alves² - UERJ

camilagomes_alves@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado visando tecer algumas considerações acerca da participação do Brasil à luz dos recentes grandes eventos de escala planetária. A reunião de Chefes de Estado e de delegações dos 193 países do mundo que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, durante o período de 13 a 22 de junho de 2012. Teve como objetivo central avaliar as ações exercidas desde a reunião inaugural do evento, na mesma cidade do Rio de Janeiro, em 1992, sem, contudo, postergar as ações futuras. A posição de destaque do país é um exemplo de relação no âmbito da chamada Geopolítica Ambiental ou Ecopolítica (SENHORAS & MOREIRA, 2008)

Sendo uma reunião de grande importância na pauta das maiores nações do mundo, é necessário salientar o papel brasileiro como país-sede e presidente da conferência. Esse fato gera uma discussão que será aqui apresentada sobre como o Brasil adquiriu esse papel central nas discussões ambientais mundiais.

Foram coletados documentos oficiais do governo brasileiro, assim como os produtos oficiais das reuniões, além da consulta a trabalhos e análises de especialistas e acadêmicos, referentes aos encontros e seus contextos, principalmente geopolíticos. Serão feitas breves considerações sobre os antecedentes do evento da Rio +20, incluindo, claro, a ECO 92. A partir dessas considerações, será possível demonstrar consolidações de medidas que indiquem, segundo esses eventos, o caminho para um desenvolvimento sustentável global. Por último, será feita uma pequena análise sobre os resultados da conferência Rio +20 e suas projeções para o futuro.

¹ Bolsista Iniciação Científica PIBIC/CNPq

Antecedentes da reunião Rio +20

Em Estocolmo, Suécia, foi realizada a primeira conferência que teve como pauta principal o desenvolvimento e o meio ambiente. Os registros demonstram que esta reunião de 113 países seguiu de maneira bastante conflituosa, com interesses que divergiam na bipolarização entre países ricos e países pobres.

Os países ricos, em uma postura neomalthusiana oriunda dos relatórios do chamado Clube de Roma³, acusavam os países pobres e em desenvolvimento pela futura escassez de recursos naturais que planeta poderia vivenciar, também devido ao crescimento populacional desses. Por sua vez, os países pobres – liderados pelo Brasil (VIOLA et al, 1991) – defendiam seu direito a crescer e se desenvolverem tal qual fizeram os países ricos por décadas, e acusavam esses pelo consumo e produção em larga escala, que necessitava de muito mais recursos da natureza.

Embora tenha sido feito um documento com artigos assinados pelos países participantes, os principais efeitos dessa conferência foram: a criação do embrião do que hoje é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁴; e além de uma inserção do Brasil como país de liderança entre os mais pobres e os em desenvolvimento.

Na década de 1970, quando houve a conferência de Estocolmo, o Brasil ainda vivia sob um regime de ditadura militar que priorizava o desenvolvimento a qualquer custo. A posição brasileira na época ficou bastante clara na perpetuada frase do Ministro do Interior, José Costa Cavalcanti: “Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde”. É possível ainda fazer uma analogia ao também Ministro Delfim Netto sobre a economia brasileira dizendo que iria “fazer o bolo crescer, para depois repartir”. E o Brasil defenderia o crescimento desse bolo até onde fosse necessário. É importante ressaltar a “descrença” de países tardiamente industrializados, como o Brasil, em relação ao discurso ambientalista que surgia. De fato, se percebia que países mais ricos procuravam utilizar o argumento ecológico

³ Fundado em 1968, o Clube de Roma consiste em uma reunião de notáveis onde se discutem temas como economia, política e meio ambiente. Tornou-se mundialmente famoso após a divulgação, em 1972, do relatório “Os Limites do Crescimento”, produzido no Massachusetts Institute of Technology.

⁴ O PNUMA é um órgão com sede em Nairóbi, Quênia, e atua como “consciência ambiental das Nações Unidas”. O órgão estabelece prioridades ambientais que serão geridas pelos governantes responsáveis pelo órgão. Disponível em: < <http://interessenacional.uol.com.br/2012/07/e-hora-de-reconhecer-a-crise-e-dar-respostas-o-que-se-espere-do-brasil-na-rio20/>> Acesso em: 26/07/12

para pressionar países em desenvolvimento e ter maior acesso às suas riquezas naturais, assim como neutralizar seus meios de ação (CERVO & BUENO, 2002)

No ano de 1989, Organização das Nações Unidas (ONU) faz uma convocação para uma segunda conferência, a Rio 92 – ou ECO 92. Essa conferência seria mais completa e com metas mais sólidas a serem cumpridas. Teria também a massiva presença de Chefes de Estado. Portanto, a escolha do Brasil como palco representava muito para o país. Os motivos oficiais da escolha foram os pioneiros trabalhos sobre desmatamento produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e a morte por assassinato do seringueiro e ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, que ganhou repercussão internacional por sua coragem e determinação para defender as florestas e os povos que tiram dela sua sobrevivência.

Contudo, o fato do Brasil ter sido a voz de liderança dos países em desenvolvimento durante a Conferência de Estocolmo em 1972 foi preponderante para que fosse o responsável por sediar a então maior conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente já realizada.

O Brasil se mobilizou enormemente para a realização do evento. O presidente da república Fernando Collor de Mello transferiu temporariamente a capital federal para o Rio de Janeiro. As forças armadas foram convocadas para realizarem a segurança do evento e garantir a presença dos Chefes de Estados.

Durante a conferência, o termo “desenvolvimento sustentável”, presente no chamado Relatório Brundtland de 1987, foi consolidado como um objetivo real. E, além disso, a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico também foi estabelecida. A biodiversidade e preservação dos biomas também foram temas de destaque na reunião.

Ao fim da conferência, alguns resultados foram observados, como a Declaração do Rio, organizada por diversas Organizações Não Governamentais, e que consistia em 27 princípios com objetivo de formar uma parceria global, com maior comprometimento dos países ricos, que buscasse viabilizar o desenvolvimento sustentável em escala planetária.

No plano institucional da conferência, foram elaborados três produtos: a Agenda 21, que consistia em princípios que deveriam ser tomados pelos países

assinantes visando um novo padrão de desenvolvimento. Todos os países participantes assinaram. Entretanto, a Agenda 21 não possui um caráter normativo, ou seja, os países não são obrigados a adotá-las em suas práticas. As Convenções sobre Mudança Climática e sobre Diversidade Biológica também foram importantes resultados da Rio 92. A primeira foi um Tratado que reconheceu o sistema climático mundial como sendo compartilhado e influenciado por todos os países do mundo, de forma de que todos deveriam se comprometer a proteger o clima de efeitos nocivos às gerações presente e futura. A segunda convenção buscou proteger a biodiversidade e uma divisão mais justa dos benefícios oriundos de seus recursos. Ambas as Convenções são Tratados internacionais, e nem todos os países participantes foram signatários.

Porém, acima dos resultados formais, a Rio 92 foi marcante pela grande mobilização civil que os organizadores conseguiram suscitar na população mundial, além da opinião pública, bastante engajada também. A diplomacia brasileira também merece ser destacada por ter exercido um importante passo na história da política exterior do Brasil relacionado a esse chamado “grande tema” mundial: Meio Ambiente.

Já foi dito o quão perigoso era a relação ambiental imbuída do histórico de conflitos na perspectiva Norte-Sul. O Brasil procurou desenvolver relações multilaterais regional e global que visassem reverter as ameaças internacionais que pairavam sobre a Amazônia, baseando-se em estereótipos que fizessem com que chefes de Estado clamassem pela tutela da Amazônia (CERVO & BUENO, 2002). Ao comandar a ECO Rio 92, o Brasil conseguiu estabelecer uma posição forte no cenário internacional, incluindo a pesquisa na Amazônia, até então inexistente, que procurasse coibir as ações de biopirataria, praticadas inúmeras vezes calcadas no argumento de que o Brasil não desenvolvia, nem preservava, nem pesquisava suas riquezas naturais amazônicas.

Essa premissa se revela altamente perigosa se levarmos em consideração a questão da soberania de países sobre os seus recursos, e quando esses são envolvidos no mercado internacional, como é a conturbada perspectiva da disponibilidade futura de água no mundo. Não há relação, inversa ou diretamente proporcional, entre a disponibilidade de água, rios, lagos, etc. Contudo, como há

sabidamente Estados “senhores” e Estados “vassalos” (ALEMAR, 2006), os chamados “países ricos” possuem maiores condições de, excetuando a situação de guerras, buscar os recursos em outros países, ou seja, comprando a água basicamente. O país rico pode se aproveitar da necessidade de recursos financeiros de um país pobre, porém rico em água, e de sua fragilidade de influência política, para firmar acordos e “parcerias” que, no final, resultem em benefícios hídricos ao país mais rico. É possível estabelecer o seguinte raciocínio, portanto: Se a água é e será cada vez mais valorizada internacionalmente, os países pobres que detêm recursos hídricos podem utilizá-los como “novo petróleo”, e vendê-los a um preço alto no mercado, como se fosse uma *commodity*. Essa é uma questão atual e polêmica, sobre a água como produto mercantilizado. Alemar (2006) mostra que há uma diretriz na União Europeia que, por exemplo, impede o tratamento da água como produto comercial qualquer, mas como um patrimônio insubstituível que deve ser protegido, defendido e tratado como tal. A Bolívia, país vizinho ao Brasil, detentor de sua maior linha de fronteira, esteve recentemente em situação exemplificadora durante o conflito de Cochabamba, em 1997, com a privatização, financiada pelo Banco Mundial, da empresa que poços profundos e dos recursos hídricos da cidade. Mesmo a água que caía da chuva e acumulasse em algum vale, seria de propriedade privada. Para usufruir dessa “mercadoria”, claro, deveria pagar o preço dado. Vale dizer que o preço das tarifas foi aumentando em até 100% após alguns meses (PFRIMER, 2008) de “privatização da água”.

De fato, grande parte das críticas em relação à postura brasileira com suas riquezas naturais é válida, e ainda hoje elas não são completamente protegidas. Mesmo que seja interpretada como área prioritária para preservação, como uma grande unidade de conservação (BECKER, 2006). Mas com certeza, a manobra da diplomacia brasileira galgou o país a uma condição de destaque que se manteve ao longo dos anos, e afastou a submissão de seus recursos naturais e deu segurança ao Governo para que travasse outras lutas no cenário internacional, como o enfrentamento bem sucedido com os Estados Unidos na Organização Mundial da Saúde, em 2001, pela quebra de patentes de indústrias farmacêuticas, de modo a viabilizar o tratamento público da Aids no Brasil (CASTREE. In: Ó TUATHAIL et al. 2003), hoje referência no mundo inteiro.

Dez anos depois, na cidade de Johannesburgo, África do Sul, foi realizada a Rio +10, que tinha como objetivo ratificar os compromissos firmados na conferência da Rio 92 diante da urgência e necessidade de que ações práticas fossem tomadas frente ao crescimento da degradação ambiental. A reunião não representou grandes avanços para as discussões, e sofreu com a ausência de alguns importantes Chefes de Estado, como representante dos Estados Unidos, fundamental agente em qualquer discussão acerca do desenvolvimento e meio ambiente.

Considerações sobre a Rio +20

Em referência ao aniversário de vinte anos da histórica Rio 92, foi realizado durante o mês de junho, na cidade do Rio de Janeiro, a reunião Rio +20. Entre os vinte anos que separam o evento original de seu correspondente, diversas outras reuniões sobre os temas “desenvolvimento sustentável”, mudanças climáticas e biodiversidade aconteceram, algumas mais bem sucedidas que outras. Vale ressaltar o protocolo de Kyoto, Japão, ratificado em 1997 e transformado em Tratado de Kyoto, que determina que haja uma redução de 5% de gases do Efeito Estufa emitidos na atmosfera por países industrializados.

Proposta em 2007 pelo Brasil, a conferência teve como objetivo reafirmar o compromisso político com as propostas apresentadas pelas outras conferências anteriores, bem como renovar algumas metas que são mutáveis com o tempo. A conferência teve como temas a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e a “estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Através de comitês preparatórios formados por coordenadores de diferentes países, escolhidos pela ONU foram feitas as programações buscando contribuições e propostas tanto da sociedade civil, quanto de organismo governamentais e não-governamentais.

Algumas pautas da Rio +20 foram acrescentadas em relação à original. Por exemplo, a questão da pobreza e da fome como sendo de responsabilidade conjunta de todos os países e precisando, portanto, de uma cooperação internacional para tal. Além disso, uma estratégia que não seja para frear o crescimento, mas que ele

ocorra com melhorias de saúde, educação, direitos civis, e outras medidas que façam parte do que realmente seria a sustentabilidade. O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon disse antes da conferência que o “desenvolvimento sustentável é um conceito que reconhece que nossos objetivos econômicos, sociais e ambientais não são metas que competem entre si, mas sim objetivos interconectados que são mais efetivamente buscados juntos de uma forma holística”

O evento foi alvo de diversas críticas que relacionavam as conferências com fracassos, por não terem chegado a resultados práticos. Em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, na seção Opinião, no dia 18 de junho de 2012, ex-ministro do Meio Ambiente, professor José Goldemberg, afirma:

“É frustrante no processo de negociação das Nações Unidas - que busca o consenso das 194 nações participantes - é que qualquer resultado só pode ser conseguido com a adoção de um denominador comum mínimo aceitável por todos, e este é, em geral, o menos exigente de todos no que se refere a reduções e metas. Só para exemplificar, basta mencionar que foi preparado em janeiro deste ano um documento com o sugestivo título O Futuro que Queremos, com 19 páginas e 128 parágrafos. A grande maioria deles são exortações aos países-membros da ONU para que façam mais na direção do desenvolvimento sustentável, mas não delinea planos de ação para, torná-los realidade. As palavras "reafirmar", "reconhecer", "encorajar" e "apelar" aparecem em 118 dos 128 parágrafos.”

Contudo, um documento final foi produzido e redigido pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, chamado “O futuro que nós queremos” (The Future We Want, no título original), foi comemorado por não apresentar retrocessos, mas tampouco permitiu grandes avanços, tornando decisões importantes a serem tomadas no futuro de médio prazo. Uma decepção do evento foi a não aprovação de um Fundo Monetário de US\$ 30 bilhões para o financiamento de ações voltadas para a sustentabilidade. A recusa da proposta que Brasil e China lideravam por meio do G77, países em desenvolvimento, foi um sinal claro de que os países mais desenvolvidos foram os que não concordaram com a criação do Fundo.

Importantes aspectos brasileiros no evento Rio +20

Após a importante função desempenhada pelo Brasil na conferência de Estocolmo em 1972, já mencionada aqui, foi criada uma Secretaria Especial do Meio Ambiente⁵, subordinada ao Ministério do Interior, demonstrando uma já preocupação com a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais. Após o sucesso da realização da Rio 92. A ONU concordou em realizar novamente no Rio de Janeiro o mesmo evento vinte anos depois.

O Brasil elaborou uma Comissão Nacional⁶ co-presidida pelo ministro de Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota e pela ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. Outros 28 ministérios, bem como a Prefeitura e o Governo do estado do Rio de Janeiro, representantes do Congresso Nacional, Poder Judiciário, e da sociedade civil, subdividida em diversos setores. Uma verdadeira força-tarefa para articular os eixos de participação do Brasil na conferência. Além de todos os encargos com logística, organização, estrutura e mobilização do evento, o Brasil estava preparando um papel ainda mais importante no plano institucional do evento, mais importante do que havia sido na Rio 92. No texto oficial do “Documento de Contribuição Brasileira à Rio +20” é dito que “a reconfiguração geopolítica do mundo é marcada pelo maior dinamismo econômico dos países emergentes, impulsionado pelo êxito das políticas de redução da pobreza e de ampliação massiva dos mercados consumidores”. Segundo Noel Castree, 2003, essa reconfiguração política, cada vez mais interestatal representa um recrudescimento do discurso geopolítico, agora sob a ótica ambiental, que vai lentamente se solidificando.

O arranjo político atual, com a emergência dos países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) associada à crise econômica dos países europeus e norte-americanos permitiu ao Brasil um papel de protagonismo em blocos de poder internacional, como o Mercosul e a Unasul, e o G-77, por exemplo. Assim como ocorreu nas discussões acerca do meio ambiente, porque essa está atrelada às discussões de crescimento econômico. Embora muitos ainda critiquem

⁵ A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi criada pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973 e extinta pela Medida Provisória nº 34, 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm> Acesso em: 21/07/2012

⁶ Criada pelo Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011

esse papel de liderança, afirmando que ela é exercida pelo fato do Brasil dispor de um grande número de recursos naturais e demográficos e não pela política externa, propriamente dita. É inegável que o fortalecimento da economia brasileira nos 20 anos observados foi facilmente observável e possibilitou uma maior influência nas decisões internacionais.

Por outro lado, a diplomacia brasileira ainda é conhecida por uma atitude de “não arriscar”, e seria interessante ressaltar duas perguntas a serem feitas:

- 1) O Brasil se abstém dos riscos porque ainda não existe um comprometimento total com as causas ambientais?

Essa pergunta pode ser feita tendo como base nos recentes investimentos em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em uma área da tão aclamada Floresta Amazônica, em relação à busca dos recursos da reserva petrolífera do pré-sal, não privilegiando fontes alternativas e renováveis de energia. Ou a votação do novo Código Florestal, diretamente ligado a longos debates sobre preservação e aproveitamento agrícola. E, além disso, os recentes incentivos governamentais à indústria automobilística com isenção de impostos que já foram suficientes para aumentar a frota brasileira de automóveis nas ruas. Atitudes capazes de manchar a grande “exemplaridade” ambiental brasileira, já que foram amplamente divulgadas pela grande mídia no mundo inteiro.

- 2) O Brasil tomará uma posição mais ativa nas discussões internacionais?

No momento, China e Estados Unidos surgem no cenário das discussões ambientais trocando acusações. O primeiro acusa o segundo de poluir insequentemente e querer, no século XXI, boicotar o crescimento chinês com o argumento de que sou tão poluidor quanto e devem reduzir níveis de degradação ambiental em igual número. O Brasil surge com o discurso de sua presidente Dilma Rousseff, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2012, de que “é possível crescer e incluir, proteger e conservar”. Diversos outros documentos internacionais apontam na mesma direção da centralidade exercida pelo Brasil no momento, e salientam a importância que o país tem exercido ao exercer a sua soberania e a exemplaridade na política ambiental internacional, que pergunta pode ser feita tendo em vista o poder interno que possui o Brasil. Detentor de grandes recursos naturais, energéticos, grande biodiversidade, de uma economia cada vez

mais consolidada e com um empresariado mais competitivo a cada ano. Com setores científicos, como a biotecnologia, em franca expansão e com maior prestígio internacional a cada avanço, fora tantos outros fatores que motivam a dilatação da figura brasileira no cenário internacional.

Porém, o governo brasileiro ainda se encontra em uma contradição fundamental que atinge os governos de esquerda desde o século XX. O programa máximo da ideologia é subjugado em função da governabilidade, da necessidade de mediações, concessões e pactos (MEDEIROS, 2012). No caso brasileiro, devido a todas as suas condições históricas da natureza e das políticas diplomáticas aqui já apresentadas, essas contradições ficam mais latentes e acabam por influenciar ainda mais a postura pouco agressiva do Brasil, ainda que com um cenário amplamente favorável.

Considerações finais sobre o papel do Brasil no cenário de “Geopolítica Ambiental”

A reunião da Rio +20 foi, na opinião de muitos, um fracasso. E reuniu motivos para ser considerada desta forma. Pouco entusiasmo da *mass media* internacional, pouca presença de chefes de Estado, e a redação de um documento final que pouco inspira esperança de atitudes mais incisivas por parte dos governos.

O fato é que o Brasil tem querido um maior destaque, é verdade. O recente apoio ao Irã em seus investimentos em tecnologia nuclear, quando os Estados Unidos recomendavam sanções contra o país do Oriente Médio. O comando brasileiro nas missões de paz no Haiti, visando um lugar no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Os recentes investimentos do Ministério da Defesa na compra de caças, armas e formação de pessoal qualificado com a criação de um curso superior em Defesa e Gestão Estratégica Internacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A decisão de ser sede de importantes eventos esportivos como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos.

Enfim, são todos fatos e fatores que levaram a crer que o Brasil exerceria um papel mais incisivo durante os debates da Rio +20. O que resta saber é se a política de “aversão a riscos” da diplomacia brasileira terá uma mudança brusca para

ocupar um papel de ainda maior destaque no mundo, ou se manterá nessa política uma nova forma de exercer influência ostensiva favorável à elevação do Brasil à condição de potência mundial.

Mas além da posição governamental, ou de especialistas, ou da grande mídia mundial, havia um outro componente que, bem mais que em 1992, ganhou uma repercussão e adquiriu maior relevância - inclusive pela perspectiva da Geografia – ou seja, o resultado mais expressivo da reunião foi a mobilização dos movimentos sociais e das organizações não governamentais que, em processo de unidade durante a reunião, não perderam suas características particulares. Em ordem levantada por Medeiros, 2012:

“O Grito dos Excluídos, a Campanha Contra a ALCA, o Fórum Social Mundial, a prefeitura de Porto Alegre, a prefeitura de Belém, a força da CUT diante dos ataques da reestruturação produtiva, a irrupção do MST contra a secular injustiça agrária, as feministas em marcha contra o patriarcado, estudantes e juventude lutando pelo futuro.” (p. 23)

Torna-se possível realizar um paralelo entre o que foi observado antes, durante e após a reunião da Rio +20, com o papel do governo brasileiro, das outras nações, e da sociedade civil, com tendências recentes da Geografia Política, em especial da recente e chamada “geopolítica ambiental”

Noel Castree traz à luz três respostas a problemas contemporâneos da “geopolítica ambiental” e observados na Rio +20: Resposta realista, resposta liberal-pluralista e a resposta crítica, em tradução livre.

A resposta realista exalta o poder do Estado, como última autoridade política capaz de dominar um mundo anárquico por natureza, colocando o termo “anarquia” aqui como um verdadeiro “cada-um-por-si”. Os chamados neorealistas ainda acrescentam que há a necessidade real de haver um poder hegemônico, e que somente isso seria capaz de fornecer as soluções para os problemas ambientais. Ou seja, a quantidade de discussões e divergências de opiniões atrasa e compromete o verdadeiro foco, que é a proteção ao meio ambiente. Exemplificam ainda com a questão de que as “responsabilidades compartilhadas” sempre cairão na falta de isonomia entre as nações. Diversas entidades e países compartilham dessa visão, e isso ficou claro em discussões durante a reunião.

A resposta liberal-pluralista acredita a os Estados estão preocupados com seus problemas e necessidades domésticas, e salienta que há outros grandes atores no cenário internacional, como as ONGs e as multinacionais assim como órgãos internacionais, como a ONU tem a capacidade de pensar em uma escala de ação maior, planetária. Mas que trás o mercado capitalista como protagonista-solução das questões ambientais, com todas as suas contradições e desigualdades inerentes.

E a resposta crítica, que nega as outras respostas como “solução” e as coloca como parte do problema, sendo elas superficiais e incapazes de mudar realmente alguma estrutura vigente. Porque é isso que busca a resposta crítica, a contestação do que está em vigência. Essa resposta acredita que há outros atores além do Estado, mas acredita também que as relações de poder econômico calcado na desigualdade somente ira beneficiar uma parcela mais rica da população mundial. Os marginalizados estarão condenados. Exemplifica com a famosa questão do “aquecimento global”, onde o “global” está somente no fenômeno mesmo, visto que os países mais pobres e mais vulneráveis têm muito mais a perder do que os recordistas de poluição, relutantes em abrir mão de seu desenvolvimento econômico e agir fora da dinâmica capitalista.

Por último, é preciso destacar afinal, qual é o papel do Brasil nessa discussão? Aparentemente há uma divergência muito grande, se nos atentarmos às respostas apresentadas por Castrees, em um livro organizado por Ó Tuathail, importante nome do Poscolonialismo, já em vias de difusão na Inglaterra e Estados Unidos, mas ainda pouco explorado em língua portuguesa.

O governo, e seu grande potencial dito diversas vezes neste trabalho, continuam dependentes de organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em suas várias “colaborações” como empréstimos, consultorias, assistências etc. O povo e a sociedade civil cobram uma resposta mais crítica, dão sinais de exaustão da corrupção de pouca ação da maneira que está sendo, como foi observado durante a Cúpula dos Povos, no mesmo período da Rio +20. Aparentemente, a opinião pública pretendeu dar ao Brasil o papel de protagonista, mas a realidade da ainda pouca independência política e econômica

relegou seus planos ao papel de coadjuvante, reunindo experiência e apoio de “colegas” para tentar uma maior condição de – efetivamente – fazer a diferença.

Referências Bibliográficas:

ALEMAR, A. . **Geopolítica das águas: o Brasil e o Direito Internacional Fluvial**. Tese de Doutorado em Geografia (Análise e Planejamento Ambiental). Universidade Federal de Uberlândia. Brasil. 2006.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2º ed. Rio de Janeiro: Garamond: 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Documento de Contribuição Brasileira à Rio +20. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/rio20_propostabr_182.pdf>

Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

CASTREE, N. **The Geopolitics of Nature**. In: Ó TUATHAIL, G.; MITCHELL, K.; AGNEW, J. A Companion to Political Geography. Blackwell publishing. 2003.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MEDEIROS, J. **Crise ambiental e a Rio+20 na visão da sociedade e do governo brasileiro**. Série “Análises e Propostas”. FES Brasil. n. 43 .abril. 2012

Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. **The Geopolitics Reader**. 2. ed. New York: Routledge. 2006

PFRIMER, M. . **Guerra da água em Cochabamba, Bolívia: a desconstrução de um conflito**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília – DF. Brasil. 2008.

SENHORAS, E. M.; MOREIRA, F. A. **Fundamentos normativos para uma Geopolítica Ambiental nas Relações Internacionais**. I SIMPGEO/SP. Rio Claro, 2008.

VIOLA, E. J. & LEIS, H. R. **Desordem global da Biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo**. In: *Ecologia e Política Mundial* (H. R. Leis, org.), pp. 23-50. Rio de Janeiro: Vozes. 1991.